

# FECAP

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# 2025



# Conselho de Curadores

Prezados Senhores, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas da Fundação, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Sílvio Álvares Penteadó Neto - **Presidente Honorário**

Shigeaki Ueki - **Presidente**

Abram Abe Szajman - **Vice-Presidente**

## **Conselheiros:**

Eduardo Augusto Rocha Pocetti

Guiomar Namó de Mello

Kazuo Watanabe

Mauro de Salles Aguiar

Jose Vicente Caixeta Filho

Tiago Nascimento Borges Slavov

Wagner Mar

# Conteúdo

<b>Balancos patrimoniais.....</b>	<b>4</b>
<b>Demonstração do superávit .....</b>	<b>5</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio social.....</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa.....</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do valor adicionado.....</b>	<b>6</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis.....</b>	<b>7 a 17</b>
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....</b>	<b>18 a 20</b>
<b>ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL .....</b>	<b>21</b>

# Demonstrações Financeiras 2025

**FECAP**

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado  
Av. da Liberdade, 532 - 01502-001, São Paulo - SP  
CNPJ 60736683/0001-71

## Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

### ATIVO (Expressos em milhares de reais)

### PASSIVO (Expressos em milhares de reais)

ATIVOS	Nota Explicativa	2025	2024	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2025	2024
<b>CIRCULANTES</b>				<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.461	20.112	Fornecedores		1.023	841
Anuidades a receber - líquidas	6	7.991	7.141	Impostos, encargos e contribuições a recolher	10	1.763	1.517
Outros créditos e valores		517	329	Anuidades e contratos recebidos antecipadamente	22	3.184	2.742
Despesas antecipadas		610	612	Provisão para férias e encargos sociais		1.240	1.315
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>31.579</b>	<b>28.194</b>	Outras contas a pagar		504	159
<b>NÃO CIRCULANTES</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>7.714</b>	<b>6.575</b>
Realizável a longo prazo				<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	5	23.232	21.211	Provisão para riscos (Imunidade tributária)	11	23.232	21.211
Aplicações Financeiras longo prazo	5	20.562	7.416	Provisão para riscos e processos judiciais	11	1.602	1.652
Fundo "Conde Antônio Álvares Penteado"	5,7 e 8	21.080	-	Contratos Recebidos Antecipadamente		581	59
Anuidades a receber - líquidas	6	738	1.058	<b>Total do passivo</b>		<b>25.415</b>	<b>22.922</b>
Depósitos judiciais	11	916	771	<b>Total do passivo</b>		<b>33.129</b>	<b>29.496</b>
		<b>66.528</b>	<b>30.456</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Bens em Desapropriação	7	-	2.457	Patrimônio social	12	61.612	51.547
		<b>66.528</b>	<b>32.913</b>	Reserva de reavaliação	9,2	2.022	2.031
Intangível	9	185	210	Superávit (déficit) acumulado		34.207	10.065
Imobilizado	9	32.678	31.823	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>97.841</b>	<b>63.643</b>
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>99.391</b>	<b>64.945</b>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>130.970</b>	<b>93.139</b>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<b>130.970</b>	<b>93.139</b>				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstrações Financeiras 2025

## FECAP

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado  
Av. da Liberdade, 532 - 01502-001, São Paulo - SP  
CNPJ 60736683/0001-71

### Demonstração do superávit Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
<b>Receita líquida da atividade de ensino</b>	<b>13</b>	<b>88.020</b>	<b>75.545</b>
Custos da atividade educacional	14	(60.074)	(52.343)
<b>Superávit bruto</b>		<b>27.946</b>	<b>23.202</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	15	(12.912)	(11.954)
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso		(2.166)	(1.916)
Depreciações e amortizações		(2.425)	(2.017)
Baixa de imobilizado		(64)	(145)
Propaganda e publicidade		(1.639)	(1.564)
<b>Total de despesas operacionais</b>		<b>(19.206)</b>	<b>(17.596)</b>
<b>Outras Receitas</b>			
Receita de locações		782	1.335
Outras receitas	15	1.087	243
Desapropriação do Imóvel LSF	7	17.873	-
		<b>19.742</b>	<b>1.578</b>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<b>28.482</b>	<b>7.184</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras		8.452	5.084
Despesas financeiras		(2.736)	(2.212)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>17</b>	<b>5.716</b>	<b>2.872</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>34.198</b>	<b>10.056</b>

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit Acumulado	Total do patrimônio líquido
<b>Em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>46.854</b>	<b>2.165</b>	<b>4.693</b>	<b>53.712</b>
Incorporação do superávit ao patrimônio social		4.693	-	(4.693)	-
Baixa reserva de reavaliação	9.2	-	(125)	-	(125)
Superávit do exercício		-	-	10.056	10.056
Realização da reserva de reavaliação	12.2	-	(9)	9	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>51.547</b>	<b>2.031</b>	<b>10.065</b>	<b>63.643</b>
Incorporação do superávit ao patrimônio social		10.065	-	(10.065)	-
Superávit do exercício		-	-	34.198	34.198
Realização da reserva de reavaliação	11.2	-	(9)	9	-
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>61.612</b>	<b>2.022</b>	<b>34.207</b>	<b>97.841</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstração do superávit abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
<b>Superávit do exercício</b>	<b>34.198</b>	<b>10.056</b>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Total do superávit abrangente do exercício</b>	<b>34.198</b>	<b>10.056</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Demonstrações Financeiras 2025

## FECAP

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado  
Av. da Liberdade, 532 - 01502-001, São Paulo - SP  
CNPJ 60736683/0001-71

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Superávit do exercício</b>		<b>34.198</b>	<b>10.056</b>
<b>Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>			
Depreciações e amortizações		2.425	2.017
Provisão para anuidade de recebimento duvidoso, líquido da parcela realizada	6	2.510	2.213
Custo residual do imobilizado baixado		64	145
Constituição de provisão para riscos e processos judiciais	11	-	120
Aplicações financeiras vinculadas	5	(2.021)	(1.472)
Provisão para contingência (imunidade tributária)	11	2.021	1.472
<b>(Aumento) redução nos ativos:</b>			
Anuidades a receber	6	(3.040)	(651)
Outros créditos e valores		(188)	(96)
Despesas antecipadas		1	(25)
Depósitos judiciais	11	(145)	(46)
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>			
Fornecedores		182	(671)
Impostos, encargos e contribuições a recolher		246	188
Anuidades e contratos recebidos antecipadamente		964	251
Pagamento de férias e encargos sociais		(75)	(82)
Pagamento de riscos e processos judiciais	11	(50)	1.204
Outras contas a pagar		345	14
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>37.437</b>	<b>14.637</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de intangível	9	(3.319)	(2.711)
Desapropriação LSF	7	2.457	
Bancos, aplicações financeiras vinculadas e aplicações financeiras LP	5	(34.226)	(8.888)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(35.088)</b>	<b>(11.598)</b>
<b>Aumento no caixa e equivalente a caixa</b>		<b>2.349</b>	<b>3.038</b>
<b>Demonstração do acréscimo no caixa e equivalente a caixa</b>			
No início do exercício	4	20.112	17.074
No final do exercício	4	22.461	20.112
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalente a caixa</b>		<b>2.349</b>	<b>3.038</b>
<b>Aumento no caixa e equivalente a caixa</b>		<b>2.349</b>	<b>3.038</b>

### Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
<b>RECEITAS</b>			
Anuidades e outras receitas de ensino	13	88.020	75.545
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	6	(2.166)	(1.916)
Outras receitas		1.869	1.578
Receita não recorrente: Desapropriação Imóvel LSF	7	17.873	-
		<b>105.596</b>	<b>75.207</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>			
Custos dos serviços prestados		(6.943)	(6.405)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(9.748)	(8.613)
Baixas de ativos		(64)	(145)
		<b>(16.755)</b>	<b>(15.163)</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>88.841</b>	<b>60.043</b>
<b>RETENÇÕES</b>			
Depreciação e amortizações	9	(2.425)	(2.017)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>		<b>86.416</b>	<b>58.026</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>			
Receitas financeiras	17	8.452	5.084
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>94.868</b>	<b>63.110</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
Pessoal e encargos	14	57.926	50.745
Impostos, taxas e contribuições	14	8	98
Encargos financeiros e aluguéis		2.768	2.212
Superávit do exercício		34.198	10.056
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>94.868</b>	<b>63.110</b>

\* Para fins de melhor apresentação comparativa dessas informações efetuamos reclassificação, entre rubricas, dos saldos anteriormente divulgados nas demonstrações contábeis elaboradas em 31 de dezembro de 2023.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### SEÇÃO A – INFORMAÇÕES GERAIS

##### 1.1 Contexto operacional

A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado FECAP ("Fundação") é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída em 1923. A Fundação é mantenedora do Colégio FECAP (educação básica) e do Centro Universitário Álvares Penteado (educação superior) e tem como objetivo proporcionar e divulgar no País o ensino comercial em todos os seus ramos e graus, cultivando as ciências econômicas, contábeis, administrativas e outras afins ou conexas.

A Fundação tem prazo de duração indeterminado e sua extinção só poderá se verificar nos casos previstos em lei, por deliberação unânime de todos os membros do Conselho de Curadores, em reunião especial e regularmente convocada para esse fim.

Para a administração de suas atividades, a Fundação possui a seguinte estrutura:

- O Presidente Honorário, representante da família do Conde Antônio de Álvares Penteado;
- Conselho de Curadores, composto pelo Presidente Honorário, como membro nato e vitalício, e por nove membros, sendo oito membros eleitos pelos próprios membros do Conselho para mandato de cinco anos, podendo ser reeleitos, e um membro indicado pelo Conselho Universitário – CONSUNI, dentre os seus membros efetivos, com duração de mandato simultâneo àquele exercido no CONSUNI;
- O Conselho Fiscal, composto por três membros, sendo pelo menos um deles diplomado em Ciências Contábeis, Economia ou Administração de Empresas, eleitos e empossados pelo Conselho de Curadores, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos;
- A Superintendência Executiva, composta por dois integrantes: Superintendente-Geral e Superintendente Adjunto, eleitos e empossados pelo Conselho de Curadores, podendo ser reeleitos. Os membros da Superintendência Executiva poderão ser, a qualquer tempo, destituídos ou dispensados pelo Conselho de Curadores;
- As unidades de ensino FECAP - Colégio e Centro Universitário;
- Os órgãos de apoio, consultoria e assessoria;
- A administração superior da Fundação é da competência do Conselho de Curadores, a fiscalização das contas é atributo do Conselho Fiscal e a condução executiva da Fundação e a supervisão das unidades de ensino e dos órgãos de apoio, consultoria e assessoria cabem à Superintendência Executiva.
- Os Membros do Conselho Fiscal da Fundação, em reunião realizada no dia 17 de março de 2026, opinaram favoravelmente a respeito das demonstrações contábeis e que se encontram em condições de ser aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Curadores de 24 de março de 2026.

##### 1.1.1 Imunidade Tributária

Em 23 de setembro de 2019, a FECAP impetrou o mandado de segurança no 501745-76.2019.4.03.6100, com o objetivo de afastar ato que a obrigasse ao recolhimento da contribuição previdenciária sobre a sua folha de pagamento e da contribuição ao PIS. Como a decisão liminar foi favorável, a FECAP deixou de recolher tais contribuições, mantendo o respectivo valor em contingenciamento, em contas de aplicações financeiras específicas para tal finalidade.

Em 16 de dezembro de 2021, foi aprovada a Lei Complementar no 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal.

##### 1.1.2 Imunidade Tributária – CEBAS

A Fundação é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS na área da educação, concedido em 26 de dezembro de 2022, por meio da Portaria SERES no 1.133, de 23 de dezembro de 2022, por ter cumprido os requisitos legais vigentes à época. A vigência do certificado abarca o período de 26 de dezembro de 2022 a 26 de dezembro 2025. Desta forma, a partir de 2023, devido à obtenção da certificação do CEBAS, em contrapartida às bolsas de estudo concedidas, a Fundação usufruiu de imunidade contributiva para a seguridade social (que inclui PIS sobre folha de pagamento, COFINS sobre faturamento, contribuição previdenciária INSS patronal e terceiros e RAT) cujos detalhes são apresentados na Nota 18. Foi protocolado pedido

de renovação da certificação em 12/12/2025, dentro do prazo de 360 dias que antecede o termo final de validade do certificado, de forma que os efeitos do deferimento serão contados do término da validade da certificação anterior, nos termos do art. 37 da Lei Complementar 187/2021. O pedido ainda pendente de análise pelo Ministério da Educação.

##### 1.2 Eventos importantes

###### Ação Civil Pública

Em 20 de outubro de 2012, a Controladoria da FECAP entregou aos Membros do Conselho Fiscal da Fundação relatório informando possíveis irregularidades na Administração Superior da Entidade, envolvendo o Presidente do Conselho Curador, o Superintendente Geral e outros funcionários, o qual foi encaminhado a todos os membros do Conselho Curador da Fundação e ao Dr. Promotor da Curadoria de Fundações do Ministério Público do Estado de São Paulo - MPSP. A partir de então, foi instaurado o Inquérito Civil no 03/2012.

Diante das conclusões do inquérito civil, a Curadoria de Fundações do MPSP e a FECAP ajuizaram Ação Civil Pública, que foi distribuída para o MM Juiz de Direito da 23ª Vara Cível do Foro Central da Capital, em 29 de agosto de 2014.

Em primeiro grau de jurisdição, foi proferida sentença julgando parcialmente procedentes os pedidos formulados e o processo está em fase de julgamento de recursos de apelação apresentados pelas partes.

##### 1.3 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, especificamente a ITG 2002 (R1), relativa a entidades sem fins lucrativos.

##### 1.4 Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

## 2 GESTÃO DE RISCOS

### 2.1 Risco de crédito

O nível de anuidades a receber da Fundação é monitorado por meio de controles internos e, para aqueles em que não há expectativa de realização, é constituída a provisão para anuidades de recebimento duvidoso, o que limita o risco de contas inadimplentes. A matrícula para o próximo período letivo é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a Fundação.

A Fundação mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos.

### 2.2 Gestão de risco de mercado

Os resultados das operações da Fundação dependem da sua capacidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre as receitas de mensalidades e os custos fixos e variáveis. Para a captação de alunos, a Fundação realiza ações comerciais totalmente embasadas no conceito de marketing de relacionamento, sendo ações de comunicação cujas metas quantitativas ganham sentido apenas quando acompanhadas de atributos qualitativos.

As condições adversas do mercado, que podem impactar de forma negativa o resultado das operações da Fundação, estão diretamente relacionadas com a estagnação no número de ingressantes e na concorrência que cresce anualmente.

### 2.3 Gestão do risco de liquidez

A Fundação gerencia o risco de liquidez mantendo reservas e através de acompanhamento contínuo das previsões e do fluxo de caixa real e da combinação dos prazos de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### SEÇÃO C – NOTAS EXPLICATIVAS RELEVANTES SELECIONADAS

##### 3 Instrumentos financeiros

###### Classificação e mensuração

###### 3.1 Composição dos instrumentos financeiros:

Ativos (passivos) financeiros:	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	22.461	17.074
Aplicações financeiras de longo prazo (não vinculadas)	20.562	7.416
Aplicações financeiras vinculadas	23.232	21.211
Fundo "Conde Antônio Álvares Penteado"	21.080	-
Anuidades a receber – líquidas	8.066	8.199
Depósitos judiciais	916	771
	<b>96.317</b>	<b>57.709</b>
Fornecedores	(1.023)	(841)
Outras contas a pagar	(504)	(158)
	<b>(1.527)</b>	<b>(999)</b>

A Administração da Fundação é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores de custos acrescidos de juros, quando aplicável, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

###### 3.2 Derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Fundação não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
<b>Recursos em caixa e bancos</b>		
Recursos em bancos	10	20
	<b>10</b>	<b>20</b>
<b>Aplicações financeiras</b>		
Banco XP Investimentos (i)	1.627	8.780
Banco Itaú - fundo (ii)	3.512	3.056
Banco do Brasil - fundo (iii)	3.027	2.626
Banco CEF - fundo (iv)	5.747	3.932
Santander - Fundo RF CR INS AD (v)	1.038	909
Conta Max Santander (vi)	1.311	790
Santander Corporate DI Premium (vii)	6.158	-
Banco Itaú Aplicação Automática (viii)	31	-
	<b>22.451</b>	<b>20.091</b>
<b>Total</b>	<b>22.461</b>	<b>20.112</b>

(i) A carteira composta por 66,45% em instrumentos pós-fixados, sendo CDBs bancários atrelados ao CDI, com destaque para aplicações no CDB do Banco BBC (Grupo Simpar) e no fundo Tivio Banks Renda Fixa CP FIF, com rendimento médio superior a

100% do CDI no período, e 33,55% em instrumentos indexados à inflação (IPCA), representados por CDBs dos Bancos XP S.A. e Daycoval, com remuneração contratada de IPCA acrescido de taxas prefixadas, mantendo perfil conservador, baixo risco de crédito e adequada liquidez;

(ii) Itaú High Grade RF Crédito Privado FICFI: o fundo aplica em outros fundos de investimento classificados como renda fixa que investem em ativos de taxas de juros, índices de preço e crédito. A rentabilidade em 2025 foi de 105,32% do CDI%;

(iii) BB Renda Fixa Longo Prazo Corporate Bancos FICFI: o fundo aplica em outros fundos que apresentem em sua composição ativos financeiros e operações com prazo médio de carteira superior a 365 dias. A rentabilidade em 2025 foi de 100,87% do CDI;

(iv) Caixa FI Diamante Corporativo Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo: busca superar a variação do CDI, por meio da aplicação de recursos em ativos financeiros de renda fixa públicos e privados, indexados a taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços. Em 2025, o fundo apresentou rentabilidade acumulada de 105,54% do CDI;

(v) Santander Renda Fixa Crescimento Institucional Advanced FICFI: o fundo busca aplicar em outros fundos de investimento que invistam em ativos de renda fixa, públicos ou privados, relacionados à variação das taxas de juros (pós ou pré-fixados), de índices de preços, ou ambos. A rentabilidade em 2025 foi de 100,42% do CDI;

(vi) Conta Max é um serviço de aplicação e resgate automáticos que remunera o saldo disponível da conta corrente.

(vii) Santander Renda Fixa Referenciado DI Premium: o fundo busca aplicar os recursos em outros fundos de investimento que invistam em ativos de renda fixa, públicos ou privados, que busquem acompanhar o CDI. A rentabilidade em 2025 foi de 101,54% do CDI.

(viii) Conta Itaú é um serviço de aplicação e resgate automático que remunera o saldo disponível em conta corrente.

#### 5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS E DE LONGO PRAZO

	2025	2024
<b>Aplicações financeiras de longo prazo (não vinculadas)</b>		
Itaú Investimentos - LP (i)	20.562	-
Banco XP Investimentos (ii)	-	7.416
	<b>20.562</b>	<b>7.416</b>
<b>Aplicações financeiras vinculadas</b>		
Banco Itaú - fundo (iii)	-	98
Santander - Fundo Corporate DI premium (iv)	7.702	12.598
Safrá Investimentos - (v)	15.530	8.515
	<b>23.232</b>	<b>21.211</b>
<b>Fundo "Conde Antônio Álvares Penteado"</b>		
Banco Safrá (vi)	21.080	-
	<b>21.080</b>	
<b>Total</b>	<b>64.874</b>	<b>28.627</b>

(i) As aplicações financeiras classificadas como de longo prazo referem-se a investimentos com vencimentos superiores a 12 meses. Em 31/12/2025, a carteira estava integralmente composta por títulos públicos federais indexados ao IPCA (NTNB), com vencimentos distribuídos entre 2040, 2045, 2050 e 2060, proporcionando proteção contra a inflação e diversificação de prazos, com foco na preservação e crescimento do valor real do patrimônio no longo prazo. As taxas contratadas variam entre IPCA+5,6% e IPCA+6,8%, dependendo do vencimento e da data de aquisição;

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) No exercício, parte dos títulos classificados como longo prazo anteriormente mantidos no Banco XP teve portabilidade para os Bancos Safra e Itaú, razão pela qual não há saldo remanescente no Banco XP em 31/12/2025;

(iii) Itaú High Grade RF Crédito Privado FICFI: o fundo aplica em outros fundos de investimento classificados como renda fixa que investem em ativos de taxas de juros, índices de preço e crédito. A rentabilidade em 2025 foi de 105,32% do CDI%;

(iv) O saldo está vinculado à conta de Provisão para Riscos (Imunidade Tributária), cujos detalhes são apresentados na Nota 11. Recursos aplicados no Santander Renda Fixa Crescimento Institucional Advanced: o fundo busca aplicar em outros fundos de investimento que invistam em ativos de renda fixa, públicos ou privados, relacionados à variação das taxas de juros (pós ou pré-fixados), de índices de preços, ou ambos. A rentabilidade em 2025 foi de 101,54% do CDI;

(v) O saldo está vinculado à conta de Provisão para Riscos (Imunidade Tributária), cujos detalhes são apresentados na Nota 11. Os recursos encontram-se aplicados majoritariamente em fundos de investimento de renda fixa, com carteira composta principalmente por títulos públicos e privados, além de aplicações em CDBs de emissão do Banco Safra, Letras Financeiras de emissão de terceiros e títulos públicos federais indexados ao IPCA (NTN-B). Em 2025, destacam-se as aplicações no Safra Agilité Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado, com rentabilidade acumulada de 101,97% do CDI, e no Safra Capital Market Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado, com rentabilidade acumulada de 100,21% do CDI, refletindo a estratégia conservadora de gestão dos recursos;

(vi) Refere-se ao Fundo de Sustentabilidade Institucional "Conde Antônio Álvares Penteado", constituído para receber os recursos oriundos da desapropriação do imóvel do Largo de São Francisco, conforme Decreto Estadual no 68.448, de 17 de abril de 2024. O saldo refere-se à indenização recebida em agosto de 2025 com a conclusão do processo, acrescido de juros auferidos no exercício. O Fundo tem como objetivo a preservação do patrimônio e a geração de rendimentos periódicos para apoio às atividades institucionais. Os recursos encontravam-se aplicados em 0,02% em CDBs remunerados a 100% do CDI e 99,98% em títulos públicos federais indexados à inflação (NTN-B), com taxas contratadas no intervalo de IPCA + 7,02% a.a. a IPCA + 7,53% a.a. Veja a Nota 7 e 8 para mais informações.

#### 6 ANUIDADES A RECEBER – LÍQUIDAS

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
Anuidades a receber	9.547	9.109
Cartões de crédito a receber	2.562	2.188
Anuidades a receber relacionados ao Programa de Financiamento Estudantil – FIES	655	399
(-) Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(4.773)	(4.555)
	<b>7.991</b>	<b>7.141</b>
<b>Não circulante</b>		
Anuidades a receber - ANC	3.461	3.414
(-) Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(1.730)	(1.707)
(-) Provisão de ajuste a valor presente de anuidades a receber no exercício	(993)	(649)
	<b>738</b>	<b>1.058</b>
<b>Total anuidades a receber – líquidas</b>	<b>8.729</b>	<b>8.199</b>
<b>Total anuidades a receber – bruta</b>	<b>16.225</b>	<b>15.110</b>

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de anuidades a receber em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	2025	2024
<b>Vencidos:</b>		
De 1 a 30 dias	1.119	954
De 31 a 60 dias	838	687
De 61 a 90 dias	780	687
De 91 a 120 dias	770	660
Acima de 120 dias	2.416	2.370
<b>Total</b>	<b>5.923</b>	<b>5.358</b>
<b>A vencer em:</b>		
2025	-	6.339
2026	6.840	1.355
2027	1.379	1.024
2028	894	576
2029	663	207
2030	214	98
2031	128	64
2032	74	46
2033	42	19
2034	21	8
2035	19	6
2036	15	6
2037	11	4
2038	2	-
	<b>10.302</b>	<b>9.752</b>
<b>Total</b>	<b>16.225</b>	<b>15.110</b>

A movimentação da provisão para anuidades de recebimento duvidoso e do ajuste a valor presente das anuidades nos exercícios foi a seguinte:

	2025	2024
<b>Saldos iniciais:</b>	<b>(6.910)</b>	<b>(7.075)</b>
<b>Baixa da provisão para anuidades de recebimento duvidosos - período de:</b>		
2023 em 2024 e período de 2024 em 2025 para incobráveis (i)	1.924	2.378
Provisão para anuidades a receber constituída no exercício	(2.166)	(1.916)
Ajuste a valor presente de anuidades a receber no exercício	(344)	(297)
<b>Saldos finais</b>	<b>(7.496)</b>	<b>(6.910)</b>
Circulante	(4.773)	(4.555)
Não Circulante	(2.723)	(2.356)

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Administração da Fundação baixou contra a provisão para anuidades de recebimento duvidoso os títulos em aberto que foram considerados com alto risco de inadimplência.

#### 7 DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL DO LARGO SÃO FRANCISCO

Em 17 de abril de 2024, o Governo do Estado de São Paulo editou o Decreto Estadual no 68.448, declarando o prédio do Largo São Francisco como de utilidade pública para fins de desapropriação. O objetivo é ampliar as atividades da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e acomodar suas novas instalações.

Em 01/08/2025, a Fundação recebeu a indenização correspondente, no valor de R\$ 20.330. Nos termos da escritura amigável de desapropriação firmada entre a Fundação e a Universidade de São Paulo e conforme deliberação do Conselho de Curadores da FECAP, registrada em ata sob no 718.701, de 01/10/2024, foi aprovada a aceitação do montante indenizatório e, por unanimidade, a criação do Fundo de Sustentabilidade Institucional "Conde Antônio Álvares Penteado", a ser constituído com os recursos dessa indenização. A criação do Fundo contou com manifestação favorável da Promotoria de Justiça Cível e de Fundações da Capital, datada de 13/09/2024, ficando sub-rogadas ao Fundo todas as restrições anteriormente incidentes sobre o imóvel desapropriado.

#### Demonstrativo de cálculo da desapropriação:

Valor recebido:	20.330
Baixa de bens em desapropriação:	(2.457)
Resultado da desapropriação:	17.873

#### 8 FUNDO DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL "CONDE ANTÔNIO ÁLVARES PENTEADO"

Em decorrência do recebimento da indenização referida na Nota 7, a Fundação instituiu o Fundo de Sustentabilidade Institucional "Conde Antônio Álvares Penteado", com a finalidade exclusiva de apoiar a consecução das finalidades estatutárias da FECAP, por meio da preservação do patrimônio e da geração de rendimentos periódicos.

A criação do Fundo foi aprovada por unanimidade pelo Conselho de Curadores, conforme ata de reunião ordinária realizada em 25/06/2024, registrada sob nº 718.701, em 01/10/2024 e contou com manifestação favorável da Promotoria de Justiça Cível e de Fundações da Capital.

O Fundo não possui personalidade jurídica própria, integra o patrimônio da Fundação e é regido por regulamento próprio aprovado pelo Conselho de Curadores e pelo Ministério Público. Nos termos desse regulamento, os recursos do Fundo são mantidos com controles específicos, em contas bancárias segregadas, e aplicados em instrumentos financeiros conservadores alinhados com a finalidade do Fundo.

Em conformidade com o regulamento do Fundo, até R\$367 poderão ser usados no exercício de 2026 para apoiar as finalidades da Fundação ("Recursos Disponíveis"). O valor se refere aos rendimentos auferidos em 2025, descontada a inflação (medida pelo IPCA, de 01/08 a 31/12/2025) e a retenção de 1/3 (um terço) dos rendimentos acima da inflação. O detalhamento do cálculo é apresentado abaixo:

Descrição	R\$ Mil	Observações
Saldo final antes da dedução dos "Recursos Disponíveis"	21.080	(saldo do Fundo em 31/12/2025)
(-) Saldo inicial	20.330	(saldo de abertura do Fundo: indenização recebida em 01/08/2025)
(=) Rendimento total nominal	750	
(-) Correção do saldo inicial pela inflação	199	(saldo inicial x IPCA entre 01/08 e 31/12/2025, de 0,98%)
(=) Rendimento real (acima da inflação)	551	
(-) Retenção de 1/3 do rendimento real	184	(retenção mínima de 1/3 dos rendimentos reais)*

(=) "Recursos Disponíveis"	367	(destino: custeio parcial do orçamento de investimentos para 2026)*
Saldo final após a dedução dos "Recursos Disponíveis"	20.713	(saldo inicial para cálculo dos "Recursos Disponíveis" em 2026)

\* Conforme deliberado pelo Conselho de Curadores em reunião ordinária realizada em 09/12/2025.

Conforme apresentado, o saldo inicial do Fundo para fins de cálculo dos "Recursos Disponíveis" no exercício de 2025, a serem utilizados em 2026, é de R\$20.713.

#### 9 IMOBILIZE INTANGÍVEL

##### 9.1 COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

				2025	2024
	Taxa anual de depreciação %	Custo de Aquisição reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
<b>Imobilizado</b>					
Terrenos	-	7.455	-	7.455	7.455
Edifícios	2	30.855	(13.593)	17.262	17.968
Equipamentos de segurança	5	337	(161)	176	63
Móveis e utensílios	6,66	3.239	(2.275)	964	884
Computadores	20	9.091	(5.048)	4.043	2.930
Central de ar-condicionado	6,66	1.860	(1.277)	583	399
Elevadores	2	402	(171)	231	244
Equipamentos fotográficos	10	201	(172)	29	37
Equipamentos de rádio e TV	6,66	84	(68)	16	12
Equipamentos de audiovisual	6,66	2.025	(1.336)	689	603
Máquinas e equipamentos	5	1.056	(561)	495	530
Móveis escolares	20	1.750	(1.564)	186	114
Biblioteca	10	2.235	(2.006)	229	224
Outros	10	645	(325)	320	361
<b>Totais</b>		<b>61.235</b>	<b>(28.557)</b>	<b>32.678</b>	<b>31.823</b>
<b>Intangível</b>					
Software	20	1.064	(1.064)	-	-
Direitos autorais		720	(535)	185	210
<b>Total</b>		<b>1.784</b>	<b>(1.599)</b>	<b>185</b>	<b>210</b>
<b>Total do Ativo Permanente</b>		<b>63.019</b>	<b>(30.156)</b>	<b>32.863</b>	<b>32.033</b>

# Demonstrações Financeiras 2025

## FECAP

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado  
Av. da Liberdade, 532 - 01502-001, São Paulo - SP  
CNPJ 60736683/0001-71

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 9.2 Reserva de reavaliação

Em 1o de julho de 2004, a Administração aprovou a reavaliação dos bens do imobilizado. O laudo de avaliação aprovado foi emitido por avaliadores independentes na data-base 30 de junho de 2004. Conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a Fundação optou em manter os valores reavaliados e não fez novas reavaliações.

Em 2025, a Fundação revisou o valor dos seus ativos, bem como as vidas úteis utilizadas para depreciação e amortização dos bens tangíveis e intangíveis, e concluiu pela não necessidade de se efetuar modificações nos valores e pela não alteração das estimativas de vidas úteis para os exercícios de 2025 e de 2024, tendo em vista a conclusão da adequação das vidas úteis já utilizadas anteriormente.

O saldo residual dos ajustes de reavaliação é o seguinte:

	Saldo residual	
	2025	2024
Terrenos	1.873	1.873
Edifícios	124	124
Instalações e equipamentos	25	34
<b>Total da reserva de reavaliação remanescente</b>	<b>2.022</b>	<b>2.031</b>

#### 9.3 Movimentação do ativo imobilizado e intangível

A movimentação do imobilizado, intangível e bens em desapropriação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

	2023	Transf.	Adições	Baixas	2024	Adições	Baixas	2025
Terrenos	9.051	-1.596	-	-	7.455	-	-	7.455
Edifícios	33.035	-749	-	-1.431	30.855	-	-	30.855
Equipamentos de segurança	366	-	16	-142	242	131	-36	336
Móveis e utensílios	2.711	-12	572	-92	3.179	232	-172	3.239
Computadores	6.341	-	1.529	-316	7.554	2.113	-576	9.091
Central de ar-condicionado	1.591	-	192	-117	1.665	264	-68	1.860
Elevadores	471	-96	74	-47	402	-	-	402
Equipamentos fotográficos	209	-	-	-	209	-	-8	201
Equipamentos de rádio e TV	79	-	-	-	79	5	-	84
Equipamentos de audiovisual	1.680	-1	220	-34	1.865	260	-99	2.025
Máquinas e equipamentos	1.036	-3	21	-10	1.044	14	-2	1.056
Móveis escolares	1.707	-	21	-1	1.727	111	-88	1.750
Biblioteca	2.140	-	44	-1	2.183	54	-1	2.235
Outros	839	-	17	-171	684	11	-49	645
Bens em desapropriação	-	2.457	-	-	2.457	-	-2.457	-
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>61.256</b>	<b>- 2.706</b>	<b>-2.362</b>	<b>61.600</b>	<b>3.195</b>	<b>-3.556</b>	<b>61.235</b>	
Software e utilitários	1.064	-	-	-	1.064	-	-	1.064
Direitos autorais	590	-	5	-	595	125	-	720
<b>Total intangível</b>	<b>1.654</b>	<b>- 5</b>	<b>-</b>	<b>1.659</b>	<b>125</b>	<b>-</b>	<b>1.784</b>	

<b>Total do imobilizado e intangível</b>	<b>62.910</b>	<b>- 2.711</b>	<b>-2.362</b>	<b>63.259</b>	<b>3.319</b>	<b>-3.556</b>	<b>63.019</b>
--	---------------	----------------	---------------	---------------	--------------	---------------	---------------

#### 10 IMPOSTOS, ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2025	2024
IRRF	1.081	909
Fundo de garantia	429	371
INSS a recolher	234	220
Outros (i)	19	17
<b>Total</b>	<b>1.763</b>	<b>1.517</b>

(i) Refere-se a Contribuições para Sindicatos e CSLL e ISS sobre o pagamento de autônomos.

#### 11 Provisão para riscos e depósito judicial

A Fundação está sujeita, no curso de suas atividades, a questionamentos de natureza legal envolvendo aspectos trabalhistas, fiscais e cíveis.

A Administração avalia periodicamente os riscos associados aos questionamentos em curso e de seu conhecimento e, com base na opinião de seus advogados externos, no histórico de ações da mesma natureza e em outras evidências relevantes aos processos, constituiu provisões para os questionamentos cujo desfecho com probabilidade de desembolso futuro é considerada provável.

#### 11.1 Movimentação das provisões

A movimentação das provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi a seguinte:

	2023	Adições	Atualização	Pagamento	2024
Fiscais	681	-	44	-	725
Cíveis	44	-	2	-	46
Trabalhistas	183	-	-	(62)	121
Honorários advocatícios	893	120	-	(253)	760
<b>Subtotal</b>	<b>1.801</b>	<b>120</b>	<b>46</b>	<b>(315)</b>	<b>1.652</b>
Imunidade tributária (*)	19.739	-	1.472	-	21.211
(-) Depósitos judiciais (**)	(725)	-	(46)	-	(771)
<b>Totais</b>	<b>20.815</b>	<b>700</b>	<b>1.472</b>	<b>(315)</b>	<b>22.092</b>
	<b>2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Atualização</b>	<b>(Pagamento)/ Recebimento</b>	<b>2025</b>
Fiscais	725	121	71	-	917
Cíveis	46	-	(46)	-	-
Trabalhistas	121	-	-	(10)	111
Honorários advocatícios	760	-	-	(186)	574
<b>Subtotal</b>	<b>1.652</b>	<b>121</b>	<b>25</b>	<b>(196)</b>	<b>1.602</b>
Imunidade tributária (*)	21.211	-	2.021	-	23.232
(-) Depósitos judiciais (**)	(771)	(121)	(25)	-	(917)
<b>Totais</b>	<b>22.092</b>	<b>-</b>	<b>2.021</b>	<b>(196)</b>	<b>23.917</b>

(\*) valores referentes a contingência tributária, conforme descrito na nota 11.2.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(\*\*) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os depósitos judiciais referem-se a processos cíveis e fiscais.

#### 11.2 Imunidade tributária

A Fundação, por ser uma instituição de ensino sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária, conforme disposto no inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal. Essa imunidade abrange:

- Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): A Fundação está imune desses tributos sobre seu superávit.
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN): Imune do recolhimento sobre os serviços prestados a pessoas físicas e jurídicas.

Em razão da decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança no 501704576.2019.4.03.6100, de 23/09/2019, a FECAP deixou de recolher a partir da base de cálculo de setembro de 2019 e até fevereiro de 2022, quando da entrada em vigor dos efeitos da Lei Complementar no 187/2021, a contribuição ao INSS – parte patronal – e a contribuição ao PIS, ambos incidentes sobre sua folha de salários. Os valores de tais contribuições foram depositados em contas correntes específicas para a contingência e vêm sofrendo atualização mensal.

A partir da obtenção da certificação CEBAS (nota 1.1.2), a FECAP deixou de recolher as referidas contribuições, nos termos da legislação que cuida do assunto.

#### 11.3 Outras informações sobre imunidade:

Nas datas de encerramento dos exercícios, os assuntos mais relevantes são os seguintes:

##### 11.3.1 Imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicações financeiras

Visando a manutenção de sua imunidade tributária, a Fundação obteve decisão judicial definitiva favorável à não incidência do IRRF sobre as aplicações financeiras.

##### 11.3.2 Imposto Sobre Serviços - ISS e Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU

A Fundação obteve da Prefeitura do Município de São Paulo o reconhecimento da imunidade tributária de IPTU para os exercícios até 2015 e imunidade de ISS até 2009, conforme despacho publicado em 01 de junho de 2011.

A Prefeitura do Município de São Paulo renovou a Declaração de Imunidade com o no 2025 001388/CR08 com o Título de Utilidade Pública Municipal e validade até 31 de dezembro de 2026. A FECAP encaminhou o reconhecimento de sua condição de entidade imune, em meio digital, no exercício de 2024, com vigência até 31 de dezembro de 2025.

#### 11.4 Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Fundação tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2025	2024
Cíveis	552	148
Trabalhista	-	112
<b>Total</b>	<b>552</b>	<b>260</b>

## 12 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Fundação é composto por:

#### 12.1 Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits acumulados de exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2025 corresponde ao valor de R\$ 61.612.

#### 12.2 Reserva de reavaliação

O saldo refere-se à reavaliação do imobilizado efetuada em 2004 conforme mencionado em detalhes na nota 9.2.

A Fundação realiza o saldo da reserva de reavaliação com base na depreciação e baixa dos respectivos ativos reavaliados.

## 13 RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE DE ENSINO

	2025	2024
<b>Receita bruta da atividade de ensino</b>		
<b>Anuidades</b>		
Colégio	31.374	25.986
Centro universitário - graduação	99.614	85.933
Centro universitário - pós-graduação lato sensu	7.245	7.306
Centro universitário - mestrado	2.954	2.419
Centro universitário - extensão e pós lato sensu EAD	6.621	4.850
<b>Total da receita bruta</b>	<b>147.808</b>	<b>126.494</b>
<b>Deduções</b>		
Reembolso e devoluções de mensalidades	(3.534)	(3.114)
Bolsas de estudos	(26.916)	(23.714)
<b>Sub total das deduções</b>	<b>(30.450)</b>	<b>(26.828)</b>
<b>Deduções filantropia</b>		
Bolsas de estudo ProUni 100%	(16.668)	(10.627)
Bolsas de estudo ProUni 50%	(6.643)	(4.562)
Bolsas de estudo filantrópicas (educação básica) 100%	(3.206)	(3.106)
Bolsas de estudo filantrópicas (educação básica) 50%	(879)	(462)
Bolsas de estudo filantrópicas (ensino superior) 50%	(440)	(393)
Custo do serviço de assistência social gratuita (i)	(1.502)	(1.151)
<b>Sub total das deduções filantrópicas</b>	<b>(29.338)</b>	<b>(24.121)</b>
<b>Total das deduções filantrópicas</b>	<b>(59.591)</b>	<b>(50.949)</b>
<b>Receita líquida da atividade de ensino</b>	<b>88.020</b>	<b>75.545</b>

## 14 CUSTOS DA ATIVIDADE EDUCACIONAL

	2025	2024
Colégio	(14.564)	(12.754)
Centro Universitário - graduação	(33.632)	(29.104)
Centro Universitário - pós-graduação lato sensu	(3.125)	(3.307)
Centro Universitário FECAP - mestrado	(3.565)	(3.122)
Centro Universitário - Extensão e Pós lato sensu EAD	(5.189)	(4.055)
<b>Total dos custos</b>	<b>(60.074)</b>	<b>(52.343)</b>

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
<b>Custos da atividade de ensino</b>		
Pessoal administrativo e docente (i)	(54.578)	(47.847)
Serviços prestados por terceiros	(3.348)	(2.897)
Outros gastos acadêmicos gerais e administrativos	(961)	(557)
Brindes	(508)	(379)
Viagens e estadas	(448)	(306)
Aluguéis	(106)	(113)
Treinamento de pessoal	(59)	(90)
Atualização de contingência (imunidade tributária)	-	(77)
Revistas técnicas	(51)	(46)
Impostos e taxas	(8)	(20)
Outros	(7)	(9)
	<b>(60.074)</b>	<b>(52.343)</b>

(i) Inclui os encargos sociais.

#### 15 GERAIS E ADMINISTRATIVAS

A Fundação optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido, a seguir, o detalhamento dos custos e das despesas por natureza:

	2025	2024
<b>Gerais e administrativas</b>		
Serviços e materiais de informática	(3.544)	(3.461)
Utilidades e serviços (i)	(2.427)	(2.629)
Manutenção e conservação	(3.399)	(2.944)
Honorários advocatícios, consultoria e auditoria	(990)	(830)
Eventos e festividades	(1.045)	(740)
Locação de equipamentos de impressão	(537)	(402)
Contribuições a entidades de classe	(326)	(325)
Material de escritório	(228)	(207)
Condução, fretes e carros	(125)	(142)
Periódicos e didáticos (ii)	(82)	(101)
Conferências e congressos	(105)	(75)
Cópias, reproduções e gráfica externa	(65)	(57)
Segurança e vigilância	(15)	(16)
Outros (iii)	(24)	(26)
	<b>(12.912)</b>	<b>(11.954)</b>

(i) Refere-se à água, esgoto, energia elétrica, telefone e correios;

(ii) Refere-se à assinatura de livros, jornais e mídias eletrônicas.

(iii) O valor de R\$ 24 refere-se à estimativa de valor do trabalho voluntário realizado pelos membros do Conselho de Curadores e do Conselho Fiscal. O reconhecimento da despesa não implica em desembolsos e é feito em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1). Como contrapartida para a referida despesa, em conformidade com a legislação em vigor (ITG 2002 (R1)), montantes idênticos foram reconhecidos como receita de trabalho voluntário na linha de Outras receitas.

#### 16 OUTRAS RECEITAS

As outras receitas operacionais totalizaram R\$ 1.087 no exercício e compreendem valores que, embora não decorrentes da atividade principal de prestação de serviços educacionais, estão vinculados às operações de apoio, parcerias institucionais e recuperações de ativos.

	2025	2024
<b>Outras Receitas</b>		
Indenização de Seguros	495	-
Patrocínios - Salas de Aula	241	141
Liberação de Depósitos Judiciais - Ex. Anteriores	165	-
Projeto Instituto Meninos de São Judas Tadeu	137	45
Receita de trabalho voluntário	24	23
Outras Receitas Administrativas	26	34
<b>Total de outras receitas</b>	<b>1.087</b>	<b>243</b>

#### 17 RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	7.495	4.732
Rendimento Fundo "Conde Antônio Álvares Penteado"	750	-
Atualização de plano de parcelamento próprio (i)	47	193
Outras receitas	160	160
	<b>8.452</b>	<b>5.084</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(371)	(442)
Ajuste a valor presente dos recebíveis	(344)	(297)
Atualização de contingência (imunidade tributária)	(2.021)	(1.473)
	<b>(2.736)</b>	<b>(2.212)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>5.716</b>	<b>2.872</b>

(i) Refere-se à atualização monetária de plano próprio de parcelamento ofertado aos estudantes, com vistas a propiciar maior inclusão social na Fundação.

#### 18 GRATUIDADE POR MEIO DE BOLSAS DE ESTUDOS E BENEFÍCIOS

##### 18.1 Cadastro nos sistemas de informação

Conforme previsto no inciso II, parágrafo 1o, do art. 18 da Lei Complementar no 187/2021, a FECAP informa anualmente os dados à instituição para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio do preenchimento do Censo Escolar e do Censo da Educação Superior. Todas as bolsas de estudo computadas como aplicação em gratuidade pela Fundação no ensino superior estão informadas no Censo da Educação Superior. Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (data de fechamento do censo), a Fundação mantém controles destas para que sejam inseridas na próxima abertura do sistema pelo INEP.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 18.2 Plano nacional de educação

Os serviços de educação desenvolvidos pela Fundação são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação – Plano Nacional de Educação (PNE) – e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei no 9.394/96).

A Fundação cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do art. 214 da Constituição Federal.

#### 18.3 Análise do perfil socioeconômico

A Fundação mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais.

#### 18.4 Ato de credenciamento

De acordo com o que determina o art. 18, parágrafo 1o, inciso I da Lei Complementar no 187/2021, a Fundação é devidamente credenciada pelo Ministério da Educação para atuar com Educação Superior, e pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, para atuar no âmbito da Educação Básica.

#### 18.5 Demonstrativo do cumprimento mínimo de concessão de bolsas integrais

A Fundação atende a Lei Complementar 187/2021 na questão dos números de bolsas quantitativas (uma bolsa de estudo integral para cada 05 alunos pagantes), na educação básica e superior, conforme demonstrativo a seguir em 2024 e em 2025:

##### • Quadro 01

##### Demonstrativo do cumprimento mínimo de concessão de bolsas 2024

Demonstrativo 1/9 e 1/5 – Fim do período letivo	Educação Superior com ProUNI			Montante s e recursos aplicados anual
	Educação Básica e Técnico	2024-1	2024-2	
<b>Total de alunos matriculados</b>	734	3413	3.395	<b>111.919</b>
Excluindo:				
Bolsas de estudo ProUni 100% (Ed. Superior)	-	551	623	<b>(14.477)</b>
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 (Educação básica) 100%	76	-	-	<b>(3.106)</b>
Outras Bolsas Integrais – Convenção Coletiva Sem Perfil e institucionais	21	59	54	<b>(1.965)</b>
Inadimplentes	7	46	51	<b>(408)</b>
<b>(=) Alunos pagantes</b>	<b>630</b>	<b>2.757</b>	<b>2.667</b>	
<b>Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante - 1x9</b>	<b>70</b>	<b>306</b>	<b>296</b>	-
<b>Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante - 1x5</b>	<b>126</b>	<b>551</b>	<b>533</b>	
<b>Cumprimento 1x9 - Educação Básica e Superior</b>				
Bolsistas integrais (100%) ProUNI	-	551	623	<b>(14.447)</b>
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 (Educação Básica) 100% - Acumulado educação Básica profissional Técnica de nível médio	106	-	-	<b>(3.106)</b>
<b>Excedente de bolsas da entidade no 1x9</b>	<b>36</b>	<b>245</b>	<b>327</b>	
<b>Cumprimento 1 x 5 - Educação Básica e Superior</b>				

Bolsas de estudo ProUni 50% (Ed. Superior)	-	378	390	<b>(3.491)</b>
Bolsas de estudo ProUni 100% (Ed. Superior)	-	551	623	<b>(14.447)</b>
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 (Educação básica) 100%	106	-	-	<b>(3.106)</b>
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 (Educação básica e superior) 50%	34	83	80	<b>(855)</b>
<b>Total de bolsas integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em 2024</b>	<b>123</b>	<b>782</b>	<b>858</b>	<b>(22.349)</b>
<b>Bolsas Convertidas por Benefícios complementares - Tipo I - ao aluno Bolsista</b>	<b>32</b>	-	-	<b>1.151</b>
<b>Total de bolsas da entidade no cumprimento 1 x 5</b>	<b>155</b>	<b>782</b>	<b>858</b>	-
<b>Excedente de bolsas da entidade no cumprimento 1 x 5</b>	<b>29</b>	<b>230</b>	<b>325</b>	

##### • Quadro 02

##### Demonstrativo do cumprimento mínimo de concessão de bolsas 2025

Demonstrativo 1/9 e 1/5 – Fim do período letivo	Educação Básica e Técnico*	Educação Superior com ProUNI	Educação Superior com ProUNI	Montante s e recursos aplicados anual
	2025	2025-1	2025-2	
<b>Total de alunos matriculados</b>	830	3780	3.660	<b>130.988</b>
Excluindo:				
Bolsas de estudo ProUni 100% (Ed. Superior)	-	636	625	<b>(16.668)</b>
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 (Educação básica) 100%	87	-	-	<b>(3.206)</b>
Outras Bolsas Integrais – Convenção Coletiva Sem Perfil e institucionais	18	66	66	<b>(2.187)</b>
Inadimplentes	27	34	50	<b>(619)</b>
<b>(=) Alunos pagantes</b>	<b>698</b>	<b>3.044</b>	<b>2.919</b>	
<b>Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante - 1x9</b>	<b>78</b>	<b>338</b>	<b>324</b>	-
<b>Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante - 1x5</b>	<b>140</b>	<b>609</b>	<b>584</b>	
<b>Cumprimento 1x9 - Educação Básica e Superior</b>				
Bolsistas integrais (100%) ProUNI	-	636	625	<b>(16.668)</b>
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 (Educação básica) 100% - Acumulado educação básica e profissional técnica de nível médio - Período integral	116	-	-	<b>(3.206)</b>
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 (Educação básica) 100% - Acumulado educação básica e profissional técnica de nível médio - sem Período integral	4			
<b>Excedente de bolsas da entidade no 1x9</b>	<b>35</b>	<b>298</b>	<b>301</b>	
<b>Cumprimento 1 x 5 - Educação Básica e Superior</b>				
Bolsas de estudo ProUni 50% (Ed. Superior)	-	513	505	<b>(6.643)</b>

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Bolsas de estudo ProUni 100% (Ed. Superior)	-	636	625	(16.668)
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 (Educação básica) 100% - período integral	116	-	-	(3.206)
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 (Educação básica) 50% - 63 período integral e 3 sem período integral	66	-	-	(879)
Bolsas de estudo filantrópicas Lei 187/2021 (Educação superior) 50% - sem período integral	-	37	34	(440)
<b>Total de bolsas integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em 2024</b>	<b>149</b>	<b>911</b>	<b>895</b>	<b>(27.837)</b>
<b>Bolsas Convertidas por Benefícios complementares - Tipo I - ao aluno Bolsista</b>	<b>39</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.502)</b>
<b>Total de bolsas da entidade no cumprimento 1 x 5</b>	<b>188</b>	<b>911</b>	<b>895</b>	<b>-</b>
<b>Excedente de bolsas da entidade no cumprimento 1 x 5</b>	<b>49</b>	<b>302</b>	<b>311</b>	

(\*) Os cursos técnicos do Colégio FECAP são ofertados de forma integrada ao ensino médio. Em 2025 houve a formalização da reclassificação de concomitante para integrada.

#### • Quadro 03

Imunidade usufruída

Valor total da isenção usufruída:	2025	2024
Cota patronal INSS	9.055	7.973
SAT_Seguro acidente e terceiros	2.045	1.804
PIS	449	397
<b>Total bolsas concedidas</b>	<b>11.549</b>	<b>10.174</b>

#### 19 Transação com partes relacionadas

Remuneração da administração

A Fundação não remunera seus membros dos Conselhos Fiscal e de Curadores e não possui qualquer transação com partes relacionadas.

#### 20 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1), a Fundação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024:

#### Tributos imunes devido à certificação CEBAS:

- Contribuição Patronal ao INSS;
- Contribuição para o PIS;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

#### Tributos imunes com base na Constituição Federal e legislação específica:

- Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) – Nota 11.3.2;
- Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) – Nota 11.3.2;
- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras (Nota 11.3.1), conforme decisão judicial favorável transitada em julgado.

#### 21 Seguros contratados (não auditado)

As coberturas de seguro da Fundação adotam a política de contratar cobertura para os bens sujeitos a riscos por montantes que cubram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por valores de risco declarados de R\$ 97.300 para cobertura dos edifícios e R\$ 13.100 para conteúdo (máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e instalações, entre outros).

Contratada: Swiss Re Corporate Solutions.

- Local - Avenida da Liberdade, 532 - Blocos A, B, C, D e E - São Paulo/SP

#### 21.1 Responsabilidade civil

A apólice de responsabilidade civil contratada (Akad Seguros S.A.) possui vigência para o período de 26 de agosto de 2025 a 26 de agosto de 2026 (limite máximo de indenização de R\$ 8.000).

#### 21.2 Riscos cibernéticos

A apólice de responsabilidade e proteção cibernética contratada (Akad Seguros S.A.) possui vigência para o período de 10 de dezembro de 2025 a 10 de dezembro de 2026 (limite máximo de indenização de R\$ 3.000).

#### Seção D – Políticas Contábeis

#### 22 Resumo das principais políticas contábeis

##### 22.1 Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer a elaboração de estimativas e a consideração de premissas por parte da Administração da Fundação que afetam os valores dos ativos e passivos apresentados nas datas das demonstrações contábeis, bem como, os valores das receitas e das despesas dos exercícios apresentados. Embora essas estimativas tenham como base o melhor conhecimento disponível dos Administradores da Fundação com relação a eventos presentes e futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As contas que usualmente requerem o uso de estimativas são: (a) provisão para anuidades de recebimento duvidoso; (b) vida útil estimada do imobilizado; (c) estimativa do valor de mercado do imobilizado para fins de teste de valor recuperável dos ativos - "impairment"; e (d) provisão para riscos e processos judiciais. A Fundação revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

##### 22.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis da Fundação são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

##### 22.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, saldos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, que equivalem aos seus valores justos no encerramento do exercício.

##### 22.4 Anuidades a receber e demais créditos

Registrados e mantidos nas demonstrações contábeis por seus valores nominais, ajustados, quando necessário, pelos seus valores de realização e classificados no circulante e não circulante com base na expectativa de realização inferior ou superior a 12 meses.

##### 22.5 Provisão para anuidades de recebimento duvidoso

Constituída em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das anuidades e dos demais créditos a receber, com base no histórico existente.

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 22.6 Imobilizado e Intangível

Registrado ao custo de aquisição, acrescido de reavaliações nos exercícios de 1993 e 2004. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa no 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens reavaliados.

Devido às mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a reavaliação de ativos deixou de ser permitida, mas facultou a manutenção dos saldos restantes, a serem depreciados conforme as vidas úteis dos bens reavaliados.

Conforme o CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Fundação revisou a vida útil dos itens do ativo imobilizado e concluiu pela não necessidade de se alterar os valores de custo residual de seus ativos, da mesma forma que entende que as vidas úteis atribuídas aos seus ativos, com base em estudo desenvolvido internamente por profissionais experientes, estão adequadas, não havendo modificações em relação às utilizadas em exercícios anteriores.

A Fundação, em atendimento ao CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação para os bens do ativo imobilizado e itens do intangível, não identificando a necessidade de registro contábil.

#### 22.7 Ativos e passivos financeiros

Os valores recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis, incluindo anuidades a receber, caixa e equivalentes de caixa e outros, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Os passivos financeiros, incluindo parcelamentos de contribuições sociais a recolher, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

#### 22.8 Anuidades recebidas antecipadamente

Representam valores recebidos relativos a mensalidades referentes ao exercício seguinte e que são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

#### 22.9 Provisão para riscos e processos judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- a Fundação tem uma obrigação presente ou não formalizada ("constructive obligation") como resultado de eventos já ocorridos;
- é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### 22.10 Apuração do resultado e reconhecimento de receitas

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

A receita é reconhecida com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Fundação reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço prestado ao cliente. A Fundação atua na área educacional e calcula o reconhecimento da receita mensalmente, de acordo com a realização das aulas, ou seja, à medida que os serviços são prestados. O preço de venda é determinado com base nos preços de tabela em que a Fundação vende os serviços em transações separadas. As receitas não incluem contraprestações variáveis, direitos de devolução ou garantias, abatimentos por antecipação e componente de financiamento.

Ativos e passivos financeiros relacionados com as operações são reconhecidos conforme atinjam as características de instrumentos financeiros estabelecidas no CPC 48.

#### 22.11 Arrendamento

##### 22.11.1 Ativos de direito de uso

A Fundação reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso estão relacionados a locação de imóveis e são depreciados linearmente, ao longo do período de contrato.

##### 22.11.2 Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Fundação reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Fundação usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

##### 22.11.3 Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Fundação aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

#### 22.12 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7:** Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas a instituições financeiras.

As alterações:

- esclarecem a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test");
- adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Fundação não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações contábeis.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão

### Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações contábeis. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações contábeis da Fundação. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no superávit líquido da Fundação, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
- Os itens de linha apresentados nas demonstrações contábeis primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Fundação desagregará de outros ativos intangíveis, o ágio e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.
- A Fundação não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.
- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

**Edison Simoni da Silva**  
Superintendente Geral  
CPF 257.970.668-23

**Taiguara de Freitas Langrafe**  
Superintendente Adjunto  
CPF 276.518.258-29

**Valdir Alexandre de Oliveira**  
T.C. - CRC-SP 168.615/O-0  
CPF 021.604.438-32

\*\*\*

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros/Administração da

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado ("FECAP" ou "Fundação")

São Paulo – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado ("FECAP" ou "Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit, do superávit abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro e demais pronunciamentos contábeis, quando aplicável.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.1.2 Imunidade tributária – CEBAS que destaca o processo de renovação da Fundação, para sua certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Fundação, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações contábeis da FECAP. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da FECAP é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro e demais pronunciamentos contábeis, quando aplicável,

e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da FECAP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da FECAP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para fundamentar uma base para nossa opinião. O risco de não se detectar uma distorção relevante resultante de fraude é maior que aquele de se detectar uma distorção relevante resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou transgressão dos controles internos;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos quanto à adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a FECAP a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais

deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, respectivas salvaguardas.

São Paulo, 17 de março de 2026

**IRKO Hirashima Auditores Independentes Ltda.**

CRC 2SP020649/O-2

# FECAP

---

Rodrigo Masão Costa

Contador CRC 1SP306043/O-7

## RELATÓRIO DO PARECER DO CONSELHO FISCAL

### ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Aos dezessete dias de março de 2026, às 11h, na sede da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, situada na Avenida da Liberdade, 532, São Paulo – SP, reuniram-se os Membros do Conselho Fiscal: Dr. Clóvis Ailton Madeira, Dr. Sérgio Prado de Mello e Dr. Walter Arnaldo Andreoli. Foi iniciada a reunião, com a presença também dos representantes da IRKO Hirashima Auditores Independentes, o Sr. Reynaldo Holland Pereira Júnior e o Sra. Ana Beatriz Sales Rezende, e pela FECAP o Sr. Edison Simoni da Silva, Superintendente Geral, o Sr. Taiguara de Freitas Langrafe, Superintendente Adjunto, encarregado de secretariar a reunião, e o Sr. Valdir Alexandre de Oliveira, Gerente da Contabilidade.

Ordem do Dia:

Apresentação das Demonstrações Contábeis de 2025, compreendendo:

- Balanço Patrimonial.
- Demonstrações do Superávit.
- Demonstrações do Superávit Abrangente.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa.
- Demonstrações do Valor Adicionado.
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

A Administração da FECAP apresentou o Sumário Executivo (Relatório de Atividades), o Plano de Utilização dos Recursos Disponíveis do Fundo Conde Antônio Álvares Penteado, o conjunto de relatórios e os demonstrativos contábeis referentes ao ano de 2025, prestando esclarecimentos sobre as indagações feitas pelos Conselheiros.

Na sequência, os Srs. Reynaldo Holland Pereira Júnior e Ana Beatriz Sales Rezende discutiram acerca dos trabalhos desenvolvidos pela IRKO Hirashima Auditores Independentes. Concluíram pela adequação das demonstrações retro citadas, emitindo seu relatório de auditoria “sem ressalvas”.

O relatório de Controles Internos será posteriormente apresentado com comentários e encaminhamentos da Administração.

Os Conselheiros analisaram as mencionadas demonstrações e relatórios apresentados, efetuando diversas indagações à Administração e aos Auditores Independentes. Recebendo os adequados esclarecimentos, emitiram seu parecer, como segue:

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, em reunião realizada em sua sede situada na Avenida da Liberdade, 532, São Paulo – SP, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Sumário Executivo (Relatório de Atividades); o Plano de Utilização dos Recursos Disponíveis do Fundo Conde Antônio Álvares Penteado; o Balanço Patrimonial; as Demonstrações do Superávit; as Demonstrações do Superávit Abrangente; as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido; as Demonstrações dos Fluxos de Caixa; as Demonstrações do Valor Adicionado; as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Baseados nesses exames, bem como na opinião sem ressalva da IRKO Hirashima Auditores Independentes, cujo relatório foi emitido em 17 de março de 2026, os Conselheiros opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos, informando, ainda, que eles se encontram em condições de ser votados e aprovados pelo Conselho de Curadores.

Nada mais havendo a tratar, lavraram a presente ata, que lida e aprovada é assinada por todos.

São Paulo, 17 de março de 2026.

# FECAP

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO